

PROJETO BÁSICO - TRE/PRE/DG/SAF/CSG/SMP

PROJETO BÁSICO: REFORMA

Título: **EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÕES NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA INSTALAÇÃO DE ARES CONDICIONADOS SPLIT CASSETE - FÓRUM ELEITORAL - SAGUÃO E AUDITÓRIOS I E II**

CAPÍTULO I - DO OBJETO.

1. O OBJETO aqui tratado é a contratação de empresa especializada em Engenharia ou Arquitetura para execução dos serviços listados:

- a. Adequação das Instalações Elétricas para Ar Condicionado tipo split (Cassete) no Prédio do Fórum Eleitoral, pertencente à estrutura do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- b. Reforma das instalações elétricas da iluminação externa.
- c. Implantação de um novo quadro elétrico reserva para atender a alimentação de aparelhos de ar condicionados.

2. A Área total do Saguão e dos Auditórios (Fórum Eleitoral) é de **905,17 m², sito na rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Jardim Veraneio, Campo Grande, MS.**

3. No período de execução da reforma o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, devendo a contratada dar total condições para que os serviços não sejam interrompidos.

CAPÍTULO II - DO PREÇO E REGIME DE CONTRATAÇÃO.

1. O regime da contratação é empreitada por preço global, cujo valor total orçado pelo TRE/MS, e que é o preço máximo para esta licitação, é de **R\$ 273.486,97 (duzentos e setenta e três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos)** .

- a. **Serão desclassificadas as propostas cujos preços unitários dos serviços forem superiores aos valores constantes na Planilha elaborada pelo Tribunal Regional Eleitoral.**

a.1) Em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelos licitantes, ultrapassar os respectivos custos previstos na planilha orçamentária do Tribunal;

a.2) Não sendo aceitas as justificativas, somente ocorrerá a desclassificação do licitante caso este não concorde em alterar os itens que apresentem custo unitário superior aos custos medianos constantes da tabela SINAPI para a região, no prazo fixado pela Comissão.

2. Logo, deverão os licitantes incluir em suas propostas todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos e outros que compõem sua tabela de custos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CAPÍTULO III - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROJETO BÁSICO.

1. Constituem parte integrante deste Projeto Básico, os anexos:

- a. Anexo I - Edital;
- b. Anexo II - Planilha de quantificação e orçamento, Cronograma Físico Financeiro - em XLS - **Preenchimento Licitante** (0646592)
- c. Anexo III - Demonstrativo de composição BDI - em PDF - **Preenchimento Licitante** (0646917)
- d. Anexo IV - Planilha de quantificação e orçamento - TRE-MS- em PDF- **Fornecido à Empresa** (0646926)
- e. Anexo V - Cronograma Físico - Financeiro - TRE-MS- em PDF- **Fornecido à Empresa** (0646932)
- f. Anexo VI - Demonstrativo de composição BDI - TRE-MS- em PDF- **Fornecido à Empresa** (0646957)
- g. Anexo VII - Iluminação Externa - TRE Fórum - 01 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646959)
- h. Anexo VIII - Iluminação Externa - TRE Fórum - 02 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646961)
- i. Anexo IX - Iluminação Externa - TRE Fórum - 03 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646973)
- j. Anexo X - Saguão e Auditório - Fórum TRE 2019 - 04 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646979)
- k. Anexo XI - Diagramas e Cargas - TRE Fórum - 05 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646986)
- l. Anexo XII - Quadro Reserva - TRE Fórum - 06 de 06 - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646988)
- m. Anexo XIII - Memorial Descritivo - Fórum TRE-MS - em PDF - **Fornecido à Empresa** (0646992)
- n. Anexo XIV - Atestado de Visita Técnica - em PDF - **Preenchimento Licitante** (0647013)

1. A relação total dos serviços a serem executados constam na Planilha de Orçamento Global da Obra, Anexo II, e são resumidamente: 1 - Serviços gerais para a infra-estrutura até o quadro reserva; 2 - Infra-estrutura elétrica até o quadro de ar condicionados reserva (85KW); 3 -Quadro elétrico geral de ar condicionados reserva (próximo da caixa d'água) (85KW); 4- Infra-estrutura elétrica de condicionadores de ar do saguão; 5 - Infra-estrutura elétrica de condicionadores de ar plenário I e II; 6 - Quadro elétrico de ar condicionados do saguão (QAC-2); 7 - Serviços gerais para ar condicionados do auditório e saguão - Drenos; 8 - Quadro elétrico de ar condicionados do plenário (QAC-1); 9 - Administração local; 10 - Serviços gerais (da iluminação externa); 11 -Materiais iluminação externa; 12 - QDLT-ES (no corredor da subestação); 13 - Infra-estrutura elétrica p/ interruptores (entre corredor da subestação e S.Rack); 14 - Q-INT (na Sala do rack); 15 -Interligação com o painel de baixa tensão da subestação (com o QAC-reserva); 16 - Instalação especial de chaves liga-desliga 40A p/ todos os splits existentes (no restante das condensadoras existentes); 17 - Materiais de segurança para o interior da subestação.

2. Caso necessário, a contratada poderá subcontratar alguns serviços, desde que a soma destes itens não ultrapasse 30% do valor total da contratação.

- a. **A anuência para a subcontratação deverá ser previamente solicitada à Fiscalização, que analisará e, entendendo ser possível, submeterá à Administração para autorização, desde que a empresa subcontratada demonstre sua regularidade fiscal e previdenciária.**

3. No período de execução da reforma o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, de segunda à sexta, das 12:00 às 18:00, devendo a contratada dar total condições para que os serviços do Fórum Eleitoral não sejam interrompidos.

4. A Contratada poderá executar os serviços fora do horário de funcionamento do Fórum Eleitoral, tais como: Sábados, Domingos e Feriados, devendo antes comunicar à Fiscalização, bem como encaminhar a relação dos funcionários com os respectivos CPFs e RGs. Todos os funcionários da Contrata deverão estar uniformizados.

- a. **Desta forma, a contratada responsabilizar-se-á por todos os materiais permanentes e de consumo pertencentes ao TRE/MS, obrigando-se a mesma a ressarcir quaisquer valores referentes a danos, extravios ou demais comprometimentos a materiais, móveis e equipamentos, que porventura forem danificados no período em que a empresa estiver executando os serviços em locais ou horários com ausência de servidores.**

CAPÍTULO V - DA VISTORIA TÉCNICA.

1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, ***sendo recomendada*** a vistoria do local da reforma, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.
2. O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a reforma objeto desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia da Fiscalização do TRE-MS.
 - a. A visita poderá ser agendada junto ao Chefe de Seção, **Sr. Jorge Alan Albernaz Garcia**, através do telefone (67) 2107-7194 à Tarde.
3. A visita tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes. Serão de responsabilidade do CONTRATADO eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais onde serão realizados os serviços de reforma.
4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários.
5. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

CAPÍTULO VI - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS DOCUMENTOS.

1. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica operacional** apresentando a documentação abaixo:

- a. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;
- b. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, **em nome da empresa licitante**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

b.1) Entenda-se por serviço similar:

b.1.1) Execução de Reforma ou Construção de Edificação com área igual ou superior a 450 m²;

2. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica profissional** mediante a apresentação da documentação abaixo:

- a. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior**, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

a.1) O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:

a.1.1) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU.

a.2) A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:

a.2.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

a.2.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

a.2.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

a.2.4) Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

a.3) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou CAU) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, de serviços similares ao que se pretende contratar.

a.3.1) Entenda-se por serviço similar: **Execução de Reforma ou Construção de Edificação com área igual ou superior a 450 m².**

3. A licitante deverá apresentar no processo licitatório, além da comprovação de capacidade técnica, os seguintes documentos:

- a. Planilha de Quantificação e Orçamento Global com os valores propostos, rubricada e assinada pelo responsável técnico da licitante, sempre arredondado com 2 (duas) casas decimais;
- b. Cronograma Físico-financeiro proposto pela licitante;
- c. **Demonstrativo da composição do BDI** proposto pela licitante;

c.1) A análise do Demonstrativo da Composição de BDI terá como base os valores referenciais determinados pelo Tribunal de Contas da União, contidos nas tabelas do ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – PLENÁRIO.

c.1.1) Conforme Acórdão, os limites para este tipo de obra variam entre 20,34% a 25,00%

c.1.2) Para formação de preços de serviços novos incluídos no contrato por meio de aditivos, será utilizada a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento base da licitação, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013.

c.2) O percentual de ISS deverá ser compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

c.3) As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

c.4) As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como a composição de encargos sociais não incluindo os gastos relativos às contribuições dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

- d. Declaração formal do licitante de que irá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, conforme disposto no Art. 8, Parágrafo Único, da Resolução 114 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CAPÍTULO VII - DOS PRAZOS.

1. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

- a. Prazo de início de execução dos serviços: **05 (cinco) dias** a partir do recebimento da **Ordem de Serviço** expedida pela Seção de Manutenção Predial (SMP);
- b. Prazo de execução de todos os serviços que ora se contrata: **63 (sessenta e três) dias** contados do início da execução dos serviços;

b.1) Para efeitos contratuais, a data de término da obra será considerado no dia da comunicação da contratada informando a finalização do serviço, constatado pela Fiscalização em vistoria para recebimento provisório;

b.2) Caso verificado pela Fiscalização que ainda restam serviços a serem executados após a informação que trata a alínea anterior, a contratada será notificada a executar as atividades restantes e providenciar nova comunicação de término, a ser considerada efetivamente como data da conclusão.

c. Prazo para comunicar à Fiscalização que os serviços foram concluídos: até 10 (dez) dias contados do término da execução, via Diário de Obra, Ofício ou e-mail;

d. Prazo para a Fiscalização vistoriar e, se for o caso, receber os serviços provisoriamente: 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação escrita de conclusão dos serviços;

d.1) Para o Recebimento Provisório deverão estar saneadas todas as pendências relacionadas à execução dos serviços.

d.2) Havendo qualquer tipo de pendência, o prazo se interrompe, voltando a ser contado apenas após a devida regularização, assim atestada pela Fiscalização;

d.3) A estipulação do prazo para regularização da pendência ficará a cargo da Fiscalização, consoante a complexidade da solução que deva ser adotada.

e. Prazo para o TRE/MS, através de servidor ou comissão designada, receber os serviços definitivamente: 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório dos serviços.

f. Prazo de garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor;

f.1) Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

2. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega da obra, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

3. O cronograma físico-financeiro tem caráter estimativo, haja vista as peculiaridades técnicas que ocorrem durante a execução de uma obra/reforma - Instalações Elétricas. A não execução de etapas na data prevista pelo cronograma será objeto de análise da Fiscalização, que informará à Administração as conclusões sobre o caso e as providências que entender cabíveis, pautando-se sempre pelo ritmo razoável de execução e a data prevista para a conclusão dos serviços.

4. Não serão computados nos prazos contratuais os dias de chuvas fortes ou de calamidade pública, impeditivos à execução dos serviços, devidamente comprovados e abonados pela Fiscalização e registrados

no Diário de Obra.

5. O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo da obra, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO EM GERAL.

1. A Seção de Manutenção Predial (SMP) indicará representantes da Administração para o acompanhamento da execução e fiscalização do objeto contratual.
2. Será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar de informações pertinentes à Fiscalização, nos termos do *caput* do art. 67 da Lei de Licitações.
3. A Fiscalização anotarà em registro próprio ou no Diário de Obras as falhas detectadas, as solicitações formuladas e orientações, e emitirá O.S. (Ordens de Serviços) numeradas e, de preferência em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada e visada pelo destinatário, só assim produzindo seus efeitos, já as anotações no livro diário de obra produzirão seus efeitos imediatamente.
4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de MS, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.
5. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
6. É assegurado à Fiscalização o acesso a todas as partes da obra, bem como acesso ao Diário de Obras para que proceda a inspeção dos materiais e execução dos serviços. A empresa contratada obriga-se a facilitar a fiscalização, fornecendo todos os elementos necessários.
7. A Fiscalização deverá submeter à Administração do TRE/MS (Secretaria de Administração e Finança), para as devidas providências, as questões que envolvam descumprimento de cláusulas contratuais, sobretudo, as que possam comprometer o cumprimento do prazo de execução dos serviços.
8. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada.
9. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.

CAPÍTULO IX - DO LIVRO DIÁRIO DE OBRAS.

1. A empresa deverá providenciar e manter no canteiro de obras o livro Diário de Obras, autenticado pelo responsável técnico pela empresa Contratada e pela Fiscalização, no qual se anotarà:

a. Pela empresa contratada:

- a.1) A ocorrência de condições meteorológicas prejudiciais ou desfavoráveis ao andamento da obra;
- a.2) As falhas verificadas em obras ou serviços contratados;
- a.3) As consultas à Fiscalização e as respostas as suas interpelações;
- a.4) As datas de início e de conclusão das etapas, bem como de início e final dos serviços;

- a.5)* Os acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços;
 - a.6)* Substituição de sua equipe e número de funcionários que mantém na execução dos serviços;
 - a.7)* Os serviços em execução no dia, entrada de materiais, relação de equipamentos utilizados em cada etapa e outras anotações julgadas oportunas pela empresa.
- b. Pelo Contratante ou pela Fiscalização:
- b.1)* Apreciação sobre o andamento dos serviços e sua conformidade aos projetos, especificações, prazos e Cronogramas integrantes do Contrato;
 - b.2)* Atestados de veracidade dos registros feitos pela empresa contratada;
 - b.3)* Observações que julgue necessário fazer a propósito das consultas e solicitações feitas pela empresa contratada;
 - b.4)* Restrições a respeito do andamento dos serviços ou da atuação da empresa contratada, de seus empregados e prepostos;
 - b.5)* Determinações de providências para o cumprimento dos projetos e especificações e outros fatos que julgue necessários e convenientes aos serviços executados;
 - b.6)* Os dias abonados em razão de chuvas que atrapalhem ou impeçam o andamento normal dos serviços;
 - b.7)* As determinações de retirada imediata de materiais ou serviços que estejam em desacordo com o contratado seja na qualidade dos materiais empregados ou no resultado dos serviços executados.
2. Terminados os serviços, o Diário de Obra será entregue ao Tribunal Regional Eleitoral, junto com a Nota Fiscal/Fatura relativa à medição da última etapa dos serviços.
3. A Fiscalização terá acesso a este livro, devendo anotar tudo que julgar necessário, a qualquer tempo.
4. O livro Diário de Obra será, obrigatoriamente, preenchido diariamente, devendo sempre permanecer no canteiro de obras. Em caso de descumprimento desta disposição, a contratada ficará sujeita à aplicação de penalidade.
5. O extravio do Livro Diário de Obra pela Contratada será passível de penalidade.

CAPÍTULO X - DOS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE.

1. Todo material empregado na execução dos serviços será de primeira qualidade. Serão rejeitados os materiais que não se enquadrarem nas especificações contidas na Planilha de Quantificação e Orçamento e Projetos.
2. A utilização de materiais similares aos especificados na planilha licitada, só poderá ser feita **MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO**, devidamente registrada no livro diário de obra, podendo a fiscalização solicitar, sempre que entender necessário, a comprovação da similaridade por meios documentais (testes de laboratórios, laudos dos fabricantes, etc.).
3. No descumprimento do item 2 deste Capítulo, poderá o fiscal determinar à contratada, mediante registro no livro Diário de Obras ou por Ordem de Serviço, a retirada imediata, do prédio ou do canteiro de obras, de todos os materiais que estejam em desacordo com o especificado na planilha, ficando a contratada na obrigação de arcar com todos os ônus advindos da irregularidade, e ainda, ficando sujeita as penalidades.

CAPÍTULO XI - NORMAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS.

1. Os pagamentos das medições serão efetuados, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta da empresa contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e documentação exigida.

2. Para o pagamento das Notas Fiscais/Faturas a Contratada deverá apresentar:

- a. Vias de Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução do serviço recolhida, que deve ser providenciada antes do início de execução dos serviços;
- b. Comprovante da matrícula da obra junto ao INSS (CEI) (para pagamento da Primeira Medição);
- c. Demais documentos e comprovantes fiscais conforme Contrato.

3. O pagamento da última Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à entrega, por parte da empresa contratada, da seguinte documentação:

- a. Certidão Negativa de Débito da CEI obra;
- b. Termos de Recebimento Provisório;
- c. Comprovantes enumerados no item 2.

4. Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados após a comprovação do recolhimento das Contribuições Sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e das ART's exigidas para a execução dos serviços.

5. Será retida na fonte, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que a empresa contratada deverá comprovar perante o Tribunal tal Opção;
- b. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- c. Contribuição à Previdência Social.

6. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

7. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizado, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

8. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CAPÍTULO XII - DAS MEDIÇÕES E DESEMBOLSO FINANCEIRO DO TRIBUNAL.

- 1.** O Cronograma Físico Financeiro deverá ser apresentado em **09 (nove) períodos de 01 (uma) semana cada, totalizando 63 (sessenta e três) dias de obra.**
- 2.** O valor da obra será pago em **duas parcelas (duas medições)**, sendo a primeira medição realizada após 30 (trinta) dias do início dos serviços.
- 3.** A distribuição do valor total da proposta nos diversos serviços que compõem suas planilhas deverá se nortear pelos preços praticados no mercado, podendo as disparidades serem corrigidas, sem, no entanto, alterar o valor total da proposta.
- 4.** As medições serão realizadas pela Fiscalização, que elaborará a planilha com as quantidades executadas (no período e acumulada) de cada item.
 - a. A Fiscalização somente irá considerar na medição os materiais e equipamentos empregados na obra. Em hipótese alguma serão considerados como execução de serviço os materiais ou equipamentos entregues na obra, porém não empregados ou instalados.
- 5.** Caso o andamento dos serviços justifique a realização de mais de uma medição mensal, fica desde já autorizada.
- 6.** A medição do item Administração Local da obra (Planilha de Medição) será feita proporcionalmente aos serviços executados no período, sendo vedado em qualquer momento que a porcentagem da medição acumulada da Administração seja maior do que os serviços executados (em porcentagem).
- 7.** Caso seja verificado pela Fiscalização que os itens relativos à Administração Local (Engenheiro/Arquiteto e Encarregado) não estejam sendo executados satisfatoriamente, seja por incapacidade técnica dos funcionários, pelo não cumprimento da carga horária estipulada ou por ausência, a Fiscalização promoverá através de alteração contratual a supressão do quantitativo necessário destes itens para adequação à realidade da obra.

CAPÍTULO XIII - DAS ALTERAÇÕES DE CONTRATO

- 1.** Sendo necessária a alteração de contrato, por aumento ou supressão de serviços, bem como alteração nos prazos, deverão ser obedecidos todos os normativos legais, em especial a Lei 8.666/93, Lei 12.708/12, Resolução CNJ Nº 114/2010, Decreto 7.983/13 e decisões do Tribunal de Contas da União.
- 2.** Conforme Item 9.1.7 do Acórdão TCU Nº 1.977/13, quando constatados, após a assinatura do contrato, erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações quantitativas nos serviços contratados, em regra, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não se mostra adequada a prolação de termo aditivo, nos termos do ideal estabelecido no art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei 8.666/93, como ainda na cláusula de expressa concordância do contratado com o projeto básico, prevista no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013;
 - a. Para este serviço, considera-se como pequenas variações o limite de 2% do total da contratação.
- 3.** Conforme estabelecido no art. 102, § 6º, inciso III da Lei 12.708/12, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do [§ 1º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993](#);
- 4.** Conforme estabelecido no art. 102, § 6º, inciso IV da Lei 12.708/12, a formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo TRE/MS, mantendo-

se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela administração nos termos deste artigo e o valor global contratado, mantidos os limites do [art. 65, § 1º, da Lei no 8.666, de 1993](#).

5. Seguindo o Acórdão TCU N° 2622/13, para formação de preços de serviços novos incluídos no contrato por meio de aditivos, será utilizada a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento base da licitação, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013.

CAPÍTULO XIV - DA SEGURANÇA DOS TRABALHOS.

1. 1. Deverão ser observadas em todo o período de execução dos serviços as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial: NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, NR 35 - Trabalho em Altura, bem como a NBR 12.284 – Áreas de Vivência no Canteiro de Obras, referentes à segurança do trabalho em obras de construção.

2. São obrigações da contratada: fornecer os EPIs-Equipamentos de Proteção Individual (capacete, botina, luvas, cintos de segurança, óculos de proteção, entre outros de acordo com os serviços em execução) e cobrar sua utilização pelos seus operários, e ainda, oferecer treinamento, fornecer ambientes seguro (EPC-Equipamentos de Proteção Coletiva) e estimular o comportamento seguro, de forma a evitar acidentes de trabalho.

3. O fornecimento dos EPI e EPC e a utilização pelos operários são de inteira responsabilidade da contratada e seu responsável técnico.

CAPÍTULO XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

1. O responsável técnico pelo serviço descrito neste Projeto Básico deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.

2. Fazer-se representar perante a Fiscalização exclusivamente por responsável técnico, devidamente habilitado, na área da construção civil, devendo todos os assuntos inerentes aos serviços (medições, detalhes de projetos, etc.) serem realizados e discutidos com a fiscalização através de técnico indicado pela Contratada.

3. Toda e qualquer solicitação/informação da Contratada ao Contratante, só produzirá seus efeitos legais quando assinada pelo responsável técnico, devidamente habilitado.

4. Em hipótese alguma será admitida a substituição do responsável técnico, devidamente habilitado, por pessoa leiga, ainda que seja o proprietário da empresa, devendo, no caso de sua saída, substituí-lo por outro que contenha os pré-requisitos exigidos neste projeto básico.

5. Executar os serviços na forma determinada neste Projeto Básico, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

6. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços ou anotadas no livro diário de obra, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização da obra.

7. Recolher as ARTs, pagar os impostos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes ao serviço, se houver.
8. Manter na obra responsável técnico, devidamente habilitado, que assuma, perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica por todos os serviços até o seu recebimento definitivo e que detenha poderes suficientes para deliberar sobre qualquer questão referente à obra.
9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal, seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.
10. Responsabilizar-se perante seus operários e terceirizados por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, como por exemplo: salários, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas, e ainda, pelas despesas perante seus fornecedores decorrentes da execução da obra.
11. Executar cada etapa da obra no prazo pré-fixado no cronograma físico-financeiro apresentado, e ainda, concluir todas as etapas dentro do prazo total fixado para a obra.
12. Aplicar materiais de primeira qualidade, conforme especificado na Planilha de Quantificação e Orçamento e Memorial Descritivo.
13. Contratar mão de obra altamente especializada para a execução dos serviços, de forma a garantir a qualidade da obra.
14. Retirar imediatamente após receber a Ordem de Serviço ou anotação do livro Diário de Obra, todo o material rejeitado pela Fiscalização e corrigir, reconstruir, substituir ou desmanchar e refazer, às suas expensas, os serviços da obra não aceitos e/ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados.
15. Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo responsável técnico, devidamente habilitado, contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação.
16. Providenciar e manter no local dos serviços, com fácil acesso à Fiscalização, o Livro Diário de Obras, com capa resistente, páginas numeradas e rubricadas pela Fiscalização, onde serão anotadas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formal, solicitações e informações diversas, enfim, tudo o que, a critério das partes, deva ser objeto de registro.
17. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, em conformidade com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as disposições nelas previstas acerca de medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se perante o contratante e a terceiros por danos causados.
18. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à obra/reforma, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
19. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação.
20. Remover o entulho e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza da obra periodicamente.
21. Retirar da obra imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com a Fiscalização.
22. Fornecer e conservar pelo período que for necessário, equipamento mecânico e ferramental adequado e contratar mão-de-obra idônea e especializada, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, encarregados e responsável técnico que possam assegurar o progresso satisfatório da obra.

23. Fornecer e manter na obra todos os equipamentos de proteção individual – EPI – necessários à execução dos serviços, sendo a contratada responsável por qualquer acidente ocorrido durante a execução da obra.
24. Fornecer todo material, equipamento, mão-de-obra, assim como responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes da realização da obra, causados ao Contratante ou a terceiros.
25. Serão de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas decorrentes do deslocamento de seu pessoal (responsável técnico, mestre de obras, operários, etc.) incumbido da execução dos serviços.
26. São de inteira responsabilidade da Contratada, a contratação de operários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.
27. Contratar e manter no canteiro de obra, trabalhando, operários de diversas especialidades e número suficiente que garanta o ritmo ideal dos serviços, de forma que todas as etapas sejam cumpridas dentro do prazo, e, por conseguinte, a obra termine no prazo.
28. Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os equipamentos de proteção individual a todos os operários, mestres, especialistas, engenheiros e outros, tais como: botina, capacete, luvas, óculos, protetor auricular, cinto de segurança, capas de chuva e demais equipamentos.
29. Providenciar às suas custas, a realização de ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
30. Providenciar às suas expensas, a aprovação pelos poderes competentes e Companhias Concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes do projeto, sendo que a cada exigência que implique em modificações do projeto, deve ser obtida autorização por escrito da Fiscalização.
31. É vedado à Contratada interromper unilateralmente os serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante se o prazo de atraso do pagamento for inferior a 90 dias.
32. Se solicitado pela Fiscalização, fornecer planilha de programação das compras dos materiais para os serviços (obedecer ao andamento dos serviços previsto no cronograma físico-financeiro).

CAPÍTULO XVI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades descritas neste Projeto Básico.
2. Efetuar o pagamento dos serviços após a apresentação da competente Nota Fiscal e demais documentos.

CAPÍTULO XVII - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Findo o objeto contratado, o serviço será recebido:
 - a. PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;
 - a.1) Para o Recebimento Provisório deverão estar saneadas todas as pendências relacionadas à execução dos serviços.
 - b. DEFINITIVAMENTE por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório e vistoria que comprove a

adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no artigo 69 da Lei 8.666/93 e modificações da lei 9.648/98.

JORGE ALAN ALBERNAZ GARCIA

Chefe de Seção
CREA-MS 3152/D
TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **LORENA AMARAL MALHADO**, Técnico Judiciário, em 07/08/2019, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALAN ALBERNAZ GARCIA**, Chefe de Seção, em 07/08/2019, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0698844** e o código CRC **5A3E356D**.